

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Generais prestam depoimento na CPI dos Atos Antidemocráticos

A CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa vai ouvir hoje o depoimento do general Augusto Heleno, ex-ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) do governo de Jair Bolsonaro. Segundo o presidente da comissão, o militar garantiu que iria para colaborar com as investigações. Os deputados distritais já ouviram o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto (CMP) e, em 15 de junho, devem fazer a oitiva do general Gonçalves Dias, ministro-chefe do GSI na época da invasão dos prédios da Praça dos Três Poderes, que foi filmado dentro do Palácio do Planalto, durante a depreciação de 8 de janeiro.



Rollemberg verde

Tão engajado no trabalho relacionado à produção de energia limpa e combate ao aquecimento global, no Ministério do Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria e Serviços, o ex-governador Rodrigo Rollemberg brinca: "Às vésperas de completar 64 anos, descobri que o negócio não é ser maduro. É ser verde". O secretário de Economia Verde, Descarbonização e Biondústria, pasta conduzida pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, até adotou uma capa de celular combinando a cor com a função.



Ana Maria Campos/CB

Nova desembargadora

A juíza Sandra Reves Vasques Tonussi foi promovida para o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A escolha foi unânime e seguiu o critério de antiguidade. A magistrada ocupará vaga aberta com a aposentadoria do desembargador César Laboissiere Loyola. Com a promoção, o TJDFT passa a contar com 13 desembargadoras numa composição de 48 magistrados na segunda instância.



Divulgação/TJDFT

Marco temporal: 5 x 2 no DF

Quatro dos oito deputados federais da bancada do DF votaram a favor do marco temporal das terras indígenas, projeto que garante a demarcação de terras indígenas apenas de ocupações anteriores à Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988. Os deputados Alberto Fraga (PL-DF), Bia Kicis (PL-DF), Fred Linhares (Republicanos-DF), Gilvan Máximo (Republicanos-DF) e Professor Paulo Fernando (Republicanos-DF) ajudaram a impor uma derrota ao governo Lula, que era contra o projeto defendido principalmente pela bancada ruralista. Érika Kokay (PT) e Professor Reginaldo Veras (PV) votaram contra. O deputado Rafael Prudente (MDB) não votou. No total, na Câmara, foram 283 votos favoráveis e 155 contrários. O projeto segue agora ao Senado. Mas, na próxima semana, o STF deve retomar julgamento sobre o tema.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



"É falsa e descabida a informação que pedi 'a cabeça de ministro', e muito menos em troca de aprovação de qualquer proposta do Governo. Tenho agido sempre com respeito aos Poderes. A origem da desinformação segue na mesma linha daquele que tem usado as redes sociais, e seus prepostos, para me desrespeitar gratuitamente"



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

Arthur Lira (PP-AL), Presidente da Câmara dos Deputados,



SÓ PAPOS

EVARISTO SA

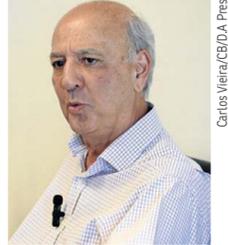


Renan Calheiros (MDB-AL), Senador

"Os poderes de Lira vão acumulando. Desvios, chantagens, achques, golpismo, agressão contra a mãe dos filhos. Não é a inteligência artificial do ChatGPT que diz. É a própria vítima da covardia, Jolyne Lins, que amplia as denúncias contra o caloteiro. Faltam 580 dias para ele sair"



À QUEIMA-ROUPA JOSÉ ROBERTO ARRUDA, Ex-governador



Carlos Vieira/CB/D.A.Press

"Falei com os ex-governadores José Ornelas, com 101 anos e muito lúcido, Cristovam, Abadia, Paulo Octávio, Rosso, Agnelo e Rollemberg e todos estamos de acordo em apoiar as iniciativas políticas do governador Ibaneis nessa questão, inclusive visitando o Senado, se for o caso"

O senhor foi líder do governo Fernando Henrique no Senado e acompanhou as discussões sobre a criação do Fundo Constitucional. Qual foi o espírito da criação desse fundo atrelado à receita da União?

O repasse de recursos para Brasília já existia desde 1960, de forma voluntária, por reconhecer que há custos da capital do País que são de todos os brasileiros. Em 2002, o que conseguimos foi colocar na Constituição. E o espírito do Roriz e do presidente FHC foi exatamente sair do caráter voluntário e colocar de forma definitiva.

Na sua avaliação, a mudança na correção do Fundo Constitucional vai representar mesmo perdas financeiras para o DF?

As perdas seriam grandes, segundo o governador Ibaneis, que tem colocado isso de forma muito responsável e habilidosa.

Por que essa discussão surgiu agora?

Não é a primeira vez que bancadas de outros estados tentam mexer no fundo do DF. Teve iniciativa da deputada Clarissa Garotinho e da bancada de Goiás, e das outras vezes conseguimos mostrar que Brasília, como capital, tem responsabilidades específicas. O 8 de janeiro é um exemplo disso.

Acredita que o Senado vai rever a votação da câmara da semana passada?

Creio que sim. E mesmo na Câmara é possível reverter esse entendimento. Falei com os ex-governadores José Ornelas, com 101 anos e muito lúcido, Cristovam, Abadia, Paulo Octávio, Rosso, Agnelo e Rollemberg e todos estamos de acordo em apoiar as iniciativas políticas do governador Ibaneis nessa questão, inclusive visitando o Senado, se for o caso. Todos nós somos conscientes de que Brasília não tem como ser administrada com cortes no fundo. Liguei para o governador Ibaneis e passei para ele essa nossa disposição.

Brasília precisa buscar mais independência da União? Como?

Brasília, como capital, não pode e não deve ter essa total independência. Somos hospedeiros dos poderes da República, das embaixadas, e isso nos dá responsabilidades muito específicas, além de limitações ambientais e outras.

Como será o futuro de Brasília?

Eu espero que, no futuro, Brasília continue sendo mais que capital, como pensaram JK, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e outros pioneiros, mas sendo exemplo a ser seguido na segurança, na saúde e na educação pública.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

COMBUSTÍVEL / Em alguns postos, o valor do litro da gasolina chegou a R\$ 5,49, antes do aumento previsto para hoje com a cobrança do ICMS. Empresários dizem que está dentro da normalidade, mas Procon investiga

Motoristas criticam reajuste

» CARLOS SILVA*

A partir de hoje, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) volta a ser cobrado em todo o país. Mesmo antes da volta do tributo, motoristas do DF reclamam que o preço dos combustíveis nas bombas dispararam nas duas últimas semanas. A gasolina, que antes podia ser encontrada a R\$ 5 o litro está sendo vendida a R\$ 5,49 em alguns postos, o que está deixando os condutores da capital surpresos e, acima de tudo, revoltados com a situação.

É o caso da autônoma Camilla Alves, 44 anos, que foi abastecer ontem pela tarde, no Posto BR, da 113 Sul, onde o litro da gasolina estava R\$ 5,42. Ela ficou indignada, pois foi pega de surpresa pelo aumento no preço. "É um absurdo! Foi muito rápido e, que eu saiba, sem motivo. É triste ver essa realidade que estamos vivendo", protestou. A moradora do Lago Oeste nem conseguiu pagar a quantidade que queria. "Hoje só deu para colocar R\$ 30. Tenho esperança de encontrar um outro lugar com valor um pouco menor", lamentou.

Assim como Camila, Mardila Braga, 66, também ficou assustada com a alta nos preços. No

Mariana Lins



Posto anuncia gasolina a R\$ 5,39 o litro, preço inferior ao de outros estabelecimentos

posto Shell da 503 Norte, a gasolina estava na média de preços do DF, R\$ 5,29. Ela resolveu abastecer lá, por ser seu estabelecimento de confiança, mas notou o aumento e questionou: "Se o aumento deveria ser a partir de amanhã, porque começou ontem?" A aposentada teme que essa variação também ocorra em outros setores da economia local. Magno Barbosa, 41, morador de Planaltina, aproveitou a ajuda ao

trabalho para encher o tanque no Posto da Torre, no Setor Hoteleiro Sul, onde também encontrou gasolina a R\$ 5,29. "Passei aqui achando que estaria mais barato, mas não está. Mas tem outros cobrando mais. Cheguei a ver por R\$5,39", relatou.

Oscilação normal

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de

Combustíveis e Lubrificantes (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares diz que a variação no preço está dentro da normalidade.

"Antes da queda de preços feita pela Petrobras, o preço médio da gasolina no DF estava em R\$ 5,70. A redução foi de R\$ 0,29. Com isso o valor médio deveria ser de R\$ 5,41. Temos preços variados, de R\$ 5,23, R\$ 5,29, etc. Então, cada um pode escolher onde abastecer.

Aumento abusivo teria de ser algo generalizado e fora da média. Não é o que está acontecendo. Se um ou outro aumento, é preciso perguntar ao estabelecimento o que está acontecendo", esclareceu.

Tavares também apontou que a redução no valor do produto foi feita às distribuidoras e não aos postos. Assim, se um posto não comprar produto com preço menor, também não pode repassar às bombas de combustível. "O estoque dos estabelecimentos ainda está com o preço antigo, então é preciso zerar o estoque para aplicar a redução", pontuou.

Além disso, o representante do Sindicombustíveis afirmou que as distribuidoras não repassarão produtos suficientes para sustentar o funcionamento dos postos. "As distribuidoras cortaram a cota de entrega. Alguns postos ficaram sem produto ou não receberam. Quando você não tem produto ou está com pouco estoque, se continuar com o preço baixo, vai precisar fechar o posto", concluiu.

Fiscalização

O aumento repentino no preço da gasolina na capital chamou atenção não só dos

condutores, mas também das autoridades. Entre 17 e 26 deste mês, o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon-DF) visitou 76 postos de combustíveis em todas as regiões administrativas de Brasília. Foi averiguado que dez estabelecimentos aumentaram o preço da gasolina no dia 16/5, data em que a Petrobras anunciou diminuição de R\$ 0,40 no litro da gasolina para as distribuidoras.

O órgão aguarda novos desdobramentos das investigações conduzidas pela Coordenação de Repressão ao Crime Contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes (CORF) da Polícia Civil (PCDF) e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que também estiveram nos postos de combustíveis.

O Procon-DF também lembrou que embora haja recomendação para que o preço da gasolina se baseie no valor de compra do produto dos postos revendedores, não há tabelamento ou controle por lei para o segmento. O órgão também recomenda que, caso o consumidor se depare com uma situação suspeita, envie foto e endereço do posto ao e-mail 151@procon.df.gov.br, para que seja realizada fiscalização no local.